

## ENTREVISTA

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Solange P. Rocha**



Para nossa segunda entrevista do espaço *História & Debate*, trazemos a historiadora **Solange P. Rocha**. Licenciada em História (UFPB), Especialista em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), Mestrado em História pela UFPE e Doutorado em História pela UFPE (com sanduíche na UFF). Cofundadora da Bamidelê: Organização de Mulheres Negras na Paraíba (2001). Cofundadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígena (NEABI, em 2011) vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

De seus vários prêmios já angariados, destaca-se o prêmio da Associação Nacional de Professores de História (ANPUH) na modalidade Teses 2007/2009, com publicação de sua tese de doutorado pela Editora da UNESP. **Solange Rocha**, paranaense radicada na Paraíba desde o final da década de 1980, possui um longo currículo que se confunde com sua militância política. Ativista no Movimento de Mulheres Negras tem contribuindo com a construção de coletivos, organizações e fóruns, sempre ligados as lutas pela igualdade racial e direitos das mulheres negras. Nossa entrevista ocorreu na sala do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) em 22 de junho de 2018.

**H&D** – Da primeira vez que conversamos, no Hall da Reitoria, você estava participando de um evento sobre a Abolição, lembro de sua intervenção que tornou-se meio que um protesto de última hora acerca de questões importantíssimas. A impressão que dá é que ser mulher e, dependendo de sua

origem ou como o “senso comum acadêmico” pensa, ou seja, branca, de classe média... E você meio que quebra com esse...

**SR** – Ciclo!

**H&D** – Ciclo de dominação e, obviamente, sendo uma acadêmica negra e ativista social. Quer dizer, você também não incorporou o discurso da “universidade branca”. Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre sua formação intelectual neste sentido.

**SR** – Pensando sobre minha formação política, lembro que ela começou no espaço dos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro e depois o Movimento de Mulheres Negras. Digo isso porque comecei a atuar em Movimentos Sociais na década de 1980, nas Diretas Já, em defesa da democracia e pela redemocratização do Brasil. Este engajamento político ocorreu graças a minha participação no Grupo de Consciência Negra, em Londrina/PR. Além de mobilizações políticas, tínhamos um grupo de estudo, nos encontros discutíamos obras de intelectuais negr@s e os/as que tratavam de temas raciais na sociedade brasileira, contrapondo-se ao “mito da democracia racial” e lutas de resistências negras. Nesse sentido, destaco autores que me influenciaram a minha formação acadêmica, como Clóvis Moura, um intelectual negro (1925-2003). Moura escreveu, na minha opinião, livros importantes para compreendermos a história e as relações raciais no Brasil, como *Rebeliões da Senzala* (1959), uma obra que faz uma crítica contundente à visão de Gilberto Freyre presente em *Casa-Grande e Senzala*, (1933). Outro trabalho que obteve grande impacto no decorrer dos meus estudos e ativismo foi *A sociologia do negro brasileiro* (1988), lançado no Centenário da Abolição. Lembro ainda do impactante *Genocídio do negro brasileiro* (1978), de Abdias Nascimento (1914-2011), um texto que continua atual, pois o genocídio e encarceramento da população negra têm se mantido ao longo das décadas. Ou melhor, é uma violência secular que tem se renovado nos diferentes períodos históricos. Lembro, por fim, de leituras de vários textos sobre mulheres negras de Lélia Gonzalez (1935-1994). Lélia era uma pesquisadora/antropóloga, foi professora na PUC-Rio e ativista negra. Gonzalez fez importantes reflexões sobre as desigualdades raciais e de gênero e teve a coragem de contestar o Movimento Feminista (racismo) e o Movimento Negro (machismo), inaugurando o Feminismo Negro no Brasil. Atuou também na política partidária. Ela nos deixou precocemente, mas o seu legado permanece vivo. Neste ano, 2018, está previsto, em Goiás, o Encontro Nacional de Mulheres Negras + 30, para celebrar 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988) e renovar compromissos de lutas sociais.

Retomando a questão da minha formação acadêmica, decidi estudar as relações raciais no Brasil. Isso por volta de 1984/85. No ano de 1986, fiz meu

primeiro vestibular em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina/UEL, depois, por questões pessoais, comecei a migrar pelas regiões brasileiras. Primeiro, morei em São Paulo/SP (1987), Campinas/SP (1988) e, por fim, em 1989, cheguei a João Pessoa/PB. Na ocasião, solicitei a minha transferência escolar para Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Por questões institucionais, tive que escolher entre o curso de História e o de Geografia. Minha preferência foi pelo o curso de História. Como João Pessoa é uma cidade formada no período colonial, redirecionei os meus interesses de temas de estudo e passei a pesquisar a sociedade escravista. No mestrado abordei as histórias de mulheres escravizadas do século XIX e no doutorado examinei a população negra de diferentes condições jurídicas: livre, liberta, ingênua e escravizada. Inclusive o título do meu livro afirma essa presença africana na Paraíba Imperial. Intitula-se *Gente negra na Paraíba oitocentista* (2009), em contraposição as narrativas históricas tradicionais que, em geral, negam a existência física de pessoas negras e afirmam, sobretudo, a mestiçagem indígena e uma Paraíba “mais branca do que negra”.

Após um longo percurso de formação, da graduação ao doutorado, foram quase vinte anos para ingressar no ensino superior. Atualmente atuo na graduação e pós-graduação em história, com orientações na Iniciação Científica e Mestrado em História, com projetos sobre a Diáspora Africana no Nordeste. Nos últimos quatro anos, estou envolvida na gestão de Pós-graduação em História, no biênio de 2014-2016, como vice-coordenadora e, atualmente, como coordenadora, biênio de 2017-2019.

Ainda no âmbito da UFPB, fui coordenadora do NEABI e atualmente faço parte de uma equipe interdisciplinar que tem desenvolvido ações de ensino, pesquisa e extensão tendo a temática racial como norteadora das atividades, a exemplo de disciplinas ministradas em cursos de graduação e de pós-graduação e produção de materiais paradidáticos. Como resultado, temos observado que a temática racial, em vários cursos, tem sido cada vez mais pesquisada, como: relações raciais no Brasil, a história da população negra, o pós-abolição, a arte, a estética negra, os intelectuais, o jornalismo, o racismo institucional, as ações afirmativas, literatura, resistências contemporâneas, entre outras. Na parte da sistematização e divulgação desse conhecimento científico estamos organizando (eu e Matheus Silveira Guimarães) três livros, a Coleção Afro-paraibana, com produção acadêmica de pesquisadoras/es e de estudantes vinculados ou com alguma vinculação com docentes do NEABI-CCHLA/UFPB, um núcleo que acabou de completar sete anos. Lembramos que produzimos os Cadernos Afro-paraibanos, com organização de Marco Aurélio Paz Tella, atualmente foram publicados quatro números e todos estão disponíveis na internet. Entendemos ser uma colaboração para cumprir a Lei 10.639/03 (Educação das Relações Étnico-raciais, História da África e Cultura Afro-brasileira). Ademais, a sala do NEABI-CCHLA/UFPB tem possibilitado

o diálogo com a sociedade civil e a organização políticas de diferentes segmentos sociais e é um espaço que agrega também estudantes negras/os e brancas/os que acreditam na construção de outra sociedade.

Atualmente, estamos envolvidas/os no desafio de organizar e realizar o II Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste em 2019.

Você perguntou sobre a questão do Feminismo. Aqui na Paraíba. Há 17 anos, em 2001, eu fui um das cofundadoras da Bamidelê: Organização de Mulheres Negras na Paraíba. Dentre as várias atividades políticas da referida organização, destaco o 25 de julho na Paraíba. Trata-se do Dia Internacional de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe. Este ano, 2018, estamos com a responsabilidade de realizar a 2ª Edição do 25 de julho na Paraíba. Além disso, saliento a campanha de afirmação da identidade negra paraibana, em 2009. Moren@, não. Eu sou negr@. Até hoje repercute junto à sociedade. Foram quatro edições e envolvimento de diferentes segmentos sociais. Outro marco político importante, em 2015, foi a organização do 1º Encontro Estadual de Mulheres Negras da Paraíba, preparatório para a Marcha das Mulheres negras em Brasília. Conseguimos dialogar e mobilizar várias mulheres negras de municípios paraibanos. A Bamidelê esteve à frente e conseguiu instituir um comitê impulsor da Marcha. Todavia, as ONGs no contexto atual enfrentam dificuldades em sustentabilidade e a tendência é a formação de outros coletivos feministas e femininos para continuar o enfrentamento ao racismo, sexismo, classismo, LBTfobia e todas as outras formas de opressões. A luta continua e tudo indica que será longa...

**H&D** – Um ato político muito importante...

**SR** – O Movimento de Mulheres Negras, sem dúvida, tem se fortalecido nos últimos trinta anos. Um resultado desta luta coletiva ocorreu em 2015, quando nós marchamos em Brasília. Antes, na Paraíba e outras partes do Brasil, vários difundimos os princípios da luta da Marcha, *contra o racismo e a violência e pelo bem viver*. Esta foi uma iniciativa da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e o seu legado tem sido o crescimento, fortalecimento das demandas específicas das mulheres negras e, desde então, conseguimos avançar para a criação de mais organização de mulheres negras. Aqui na Paraíba nós temos três: duas que foram formadas antes da Marcha (2015) e uma pós-Marcha. E hoje, já estamos organizadas em Movimento de Mulheres Negras da Paraíba, que agrega organizações e ativistas autônomas e, felizmente, conseguimos aglutinar uma diversidade de mulheres negras.

**H&D** – É aqui que eu queria chegar: por exemplo, estávamos falando sobre visibilidade da mulher negra e agora você já entra na visibilidade da mulher negra e lésbica, digamos... Até que ponto a diversidade de mulheres

(cisgênero, trans, periféricas, etc.) pode se tornar um “coquetel molotov” para os Estudos Afro-Brasileiros?

**SR** – O campo de estudos de gênero tem avançado e buscado caminhos para inserção de todas e procedimentos metodológicos para incluir e valorizar as várias experiências do feminino. No meu caso, uma historiadora da sociedades escravista do século XIX, tenho desenvolvido projetos de diferentes condições jurídicas, como as mulheres escravizadas e libertas. Atualmente, a ênfase tem sido sobre as mulheres negras livres que viveram em contexto escravista, patriarcal e racista. Como elas estabeleceram suas relações afetivas/familiar e de trabalho, por exemplo. Que formas de resistências no cotidiano? Que tipo de relacionamentos estabeleciam, horizontais e/ou verticais? Estas são algumas das questões que procuro responder, utilizando orientações teóricas e metodológicas da História Social Inglesa e das Mulheres. As outras áreas do conhecimento também desenvolvendo estudos, de forma a visibilizar este grupo social.

**H&D** – Agora falando um pouco sobre o governo Temer. É um tema sempre...

**SR** – Temeroso!

**H&D** – Sim! Como fica a visibilidade da população negra com políticas públicas específicas de inclusão que foram iniciadas no governo Lula, particularmente no primeiro mandato. Apesar de todas as críticas que foram iniciadas em seu governo, particularmente no primeiro mandato. Apesar de todas as críticas que foram feitas em seu tempo, são importantíssimas! Por exemplo, o sistema de cotas, como um meio (e não um fim!) de fazer um resgate histórico para tentar reparar trezentos anos de escravidão para além do imaginário e da estrutura social do país. Tivemos a inclusão dessa população – mulheres e homens – nas universidades. E agora temos uma refração e um prejuízo enorme. Que estratégias são possíveis a médio ou curto prazo para enfrentar isso?

**SR** – Se consideramos o período republicano, podemos afirmar que o enfrentamento da questão racial sempre foi pautado por diferentes gerações de ativistas, com poucos resultados concretos. A ausência de políticas públicas para a população negra foi a regra. Tivemos poucos avanços somente nos anos das gestões do Partido dos Trabalhadores/PT. No cenário atual, a luta continua. São inúmeras mobilizações políticas com nossa participação, ativistas negr@s, se opondo ao Golpe de 2016, ao genocídio da população negra, investido na defesa das políticas públicas específicas que precisam ser efetivadas em espaços públicos, para garantir a inclusão de pessoas negras em diferentes espaços públicos e, sem dúvida, discutir uma tema fundamental o

encarceramento em massa de negros e negras e a violência racial que mantém altos índices de mortalidade desse segmento social.

**H&D** – Uma matança seletiva, na verdade!

**SR** – Sem dúvida!

**H&D** – Da forma como essa violência opera...

**SR** – Se colocamos dois marcadores sociais como raça e classe, estes sujeitos são os mais atingidos por essa violência do Estado brasileiro, representado por instituições como a Polícia, que tem mantido uma política genocida, gerando mortes de pessoas negras e que envolve sofrimento para toda família. A conjuntura política atual é difícil. Voltamos a situação de décadas atrás. De um lado, cada vez mais, setores conservadores colocam-se contra avanços sociais, de outro, parte da sociedade continua organizando-se contra a retirada de direitos sociais. No que se refere às instituições de ensino superior, no mês de julho tivemos um ato nacional de oposição ao Ministério de Educação que diminuiu os recursos de bolsas de estudantes quilombolas e indígenas. A Paraíba também participou desta mobilização, com *Fórum da Juventude Negra* e estudantes cotistas da UFPB. Precisamos lembrar que há um segmento conservador organizado, mas também tivemos ampliação de segmentos historicamente excluídos no espaço universitário. Se no início dos anos 2000 eram 2% de pobres e negr@s nas universidades públicas, atualmente (2018), são cerca de 12% e estes sujeitos sabem que esta é a oportunidade para a sua escolarização e melhorar sua condição para disputar uma vaga no mundo do trabalho.

**H&D** – O NEABI é uma realidade em todas as IFES? Por exemplo: NEABI na Paraíba, NEAB na UFRN, UFBA, UFRJ, UNIFAP... Essa integração é comum?

**SR** – Acho importante você ter colocado essa questão para destacarmos a rede de intelectuais negr@s que se formou a partir do ano 2000, com a realização do I Congresso Brasileiro de Pesquisadoras/es Negras/os em Pernambuco, mais especificamente na Universidade Federal de Pernambuco. Após dezoito anos, são mais de uma centena de Neabs estabelecidos nas instituições de ensino superior (federais e estaduais), institutos federais e Ensino Médio, caso do histórico Colégio Dom Pedro II (RJ), formando um “Consórcio de Neabs” e em outubro próximo ocorrerá 10º Congresso de Pesquisadores/as Negros/as na Universidade de Uberlândia/UFU, mostrando a consolidação de uma intelectualidade negra no Brasil.

Na UFPB, o NEABI foi fundado em 2011/2012, agrega docentes e discentes, negras/os e brancas/os, estes últimos são aliadas/os da luta antirracista, temos

realizado inúmeras atividades de formação inicial e continuada, enfocando a história e as relações étnico-raciais e também mantemos uma intensa interlocução com os movimentos sociais.

Atualmente, em tempo de golpe e incertezas, temos como desafio realizar o II Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste em 2019. A luta continua...

**H&D** – As meninas da Praça da Alegria (área de convivência de docentes e discentes da UFPB) surgem com visual Black Power e, são meninas lindas! Como é linda essa coisa da beleza do homem e da mulher negra quando devidamente colocada no seu lugar, quando o espaço está devidamente representado... Essa estética linda! Não é uma coisa criada pela mídia. Não é a TV Globo criando um “padrão” de beleza negra para ser comercializado entre telespectadores(as). É o aspecto da resistência e consciência ganhando forma.

**SR** – E passa a ser ato político. A estética negra é um ato político no cotidiano. A politização do cotidiano que tem ocorrido no Brasil afora. Essa nova geração está se organizando, fortalecendo e enfrentando esta sociedade racista. Fora da universidade, podemos observar que os movimentos de mulheres negras brasileiras, que entre os anos de 2014 e 2015 organizou a Marcha das Mulheres Negras, realizada em Brasília, conseguiu mobilizar milhares de mulheres que construíram sua identidade racial. Muitas mudaram seu posicionamento no mundo, passaram a fundar e/ou integrar coletivos que discutem temas do racismo, sexismo, sexualidades e passaram a lutar coletivamente contra as históricas opressões existentes no Brasil. E a luta se renova. Após o encontro de diferentes gerações de ativistas negras no Fórum Social Mundial (Salvador, março de 2018), está sendo organizado para dezembro do corrente ano, o Encontro Nacional de Mulheres Negras + 30, para celebrar e refletir como alavancar um projeto político que contemplem as mulheres negras, tendo como princípios o Feminismo Negro, considerando as mulheres negras na sua ampla diversidade.

**H&D** – As mulheres negras construíram o Brasil... Infelizmente o Brasil da escravidão, o Brasil da República Velha, a partir da modernização, de fases sucessivas da história do país... É um protagonismo das mulheres negras: sempre trabalharam mais, foram invisibilizadas ao longo da História e acho importante justamente fazer essa reconstrução da História do Brasil a partir da imagem da mulher negra...

**SR** – Exato! Assim nós não perdemos essa conexão com a África. Ao longo das nossas práticas políticas procuramos mostrar nossa relação com nossa ancestralidade africana. Somos milhares que resultaram do processo da diáspora africana. As violências (física e simbólica) marcam a formação da sociedade brasileira que manteve a escravidão por quase quatro séculos e o

Brasil atual se caracteriza por ser um país racista e extremamente desigual. Mas, sem dúvida, temos um legado de lutas que tem estimulado as novas gerações na busca da transformação das relações sociais. Entendo que as mudanças são lentas e muitas outras gerações terão que se engajar para se construir um outro Brasil, que reconheça e respeite à diversidade, assim como possamos ser reconhecidas/os como cidadãs/cidadãos.

**H&D** – Gostaria de agradecer essa fala tão preciosa. O espaço *História & Debate* fica muito honrado com essa entrevista.

Grata pela oportunidade de expor fragmentos da minha trajetória pessoal e profissional. Como sempre coloco, lamentavelmente, sou apenas uma exceção. Muitas pessoas negras lutaram por séculos, por décadas, para eu ter a oportunidade de concretizar meu sonho, ser uma professora universitária. Todavia, como sou uma professora-ativista, minha prática está comprometida com a transformação social.